



RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2022 (com cota reservada)
PROCESSO Nº 104/2022

Razão Social: _____

Nome Fantasia: _____

CNPJ Nº: _____

Endereço: _____ Fone(s)/Fax: _____

E-mail: _____ Contato: _____

Celular(es) contato: _____

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura

Obs: Preenchimento com “letra de forma”

Senhor Licitante,

Caso este Edital tenha sido adquirido por meio eletrônico, solicito a V. S^a preencher o recibo de entrega acima e remetê-lo à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Simão, através do e-mail licitacao@saosimao.sp.gov.br

A não remessa de recibo exime a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.



PREFEITURA DA CIDADE DE
São SIMÃO

PROCESSO Nº 104/2022

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2022

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO/SP**, situado na **Rua Rodolfo Miranda n. 167 - Centro - CEP 14.200-000, São Simão/SP**, torna público para conhecimento dos interessados que na data e horário indicados será realizado em sessão pública, por meio da *internet*, através do site **www.bnc.org.br**, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo menor preço, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

Data da abertura da sessão pública: **28 de julho de 2022.**

Horário de abertura do recebimento das propostas: **a partir das 08h00min do dia 18 de julho de 2022.**

Horário de encerramento do recebimento das propostas: **às 08h30min do dia 28 de julho de 2022.**

Horário de abertura da disputa: **às 09h00min do dia 28 de julho de 2022.**

Tempo da disputa: **Definido pelo Pregoeiro no ato do certame.**

Endereço eletrônico para formalização de consulta: **licitacao@saosimao.sp.gov.br**

Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25



1. DO OBJETO

1.1 O OBJETO do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, ESPECIALMENTE NAS PLANILHAS DESCRITIVA E QUANTITATIVA/ORÇAMENTÁRIA – ANEXO I, PARA TODAS AS SECRETARIAS E SETORES MUNICIPAIS.**

1.1. A licitação será subdividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse; deverá, porém, oferecer proposta para todos os itens que compõem cada lote em que pretende competir.

1.2. Cabe observar que a partir do item 46 a licitação passa a ser preferencial as empresas classificadas como ME e EPP.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. A proposta deverá constar o preço individual do item bem como o preço global, a disputa será com base no preço individual de cada item.

1.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.5.1. ANEXO I - Termo de Referência

1.5.2. ANEXO II - Minuta de Contrato

1.5.3. ANEXO III - Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99)

1.5.4. ANEXO IV – Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (inciso VII do artigo 4º da Lei nº 10.520, de 2002) ANEXO V - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (inciso VII do artigo 4º da Lei nº 10.520, de 2002)

1.5.5. ANEXO V - Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007

2. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a **Departamento de FROTAS.**

2.2. São participantes os seguintes órgãos:

Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25



2.2.1. Departamento de frotas;

2.3. Poderá utilizar-se desta Contratação, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras e na Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações.

2.3.1. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados do Contrato.

2.3.2. O quantitativo decorrente das adesões do Contrato não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado do Contrato para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

2.3.3. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos

3.1.1. As Empresas internacionais poderão participar desta Licitação desde que estejam regularizadas de acordo com as Leis Brasileiras e possuam sede no país.

3.1.2. Não poderão participar da presente licitação as microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem em qualquer das exclusões previstas no § 4º, do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

3.2 Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

3.2.1.1 - Com falência, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas,

3.2.1.2 As empresas que estiverem em recuperação judicial deverão durante a fase de habilitação apresentar o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital. SÚMULA TCE-SP Nº 50 - Em procedimento



licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

Em dissolução ou em liquidação;

3.3.1 Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

3.3.2 Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

3.3.3 Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

3.3.4 Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.3.5 Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

3.3.6 Estrangeiras que não funcionem no País;

3.3.7 Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4 O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

4 DO CREDENCIAMENTO

4.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa Nacional de Compras.

4.2 Não é vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas, desde



que devidamente regularizados legalmente.

4.3 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

4.4 O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras (ANEXO VI)

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras (ANEXO VII) e

c) Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando **preço, marca e modelo** e em caso de itens específicos mediante solicitação do pregoeiro no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante. “A empresa participante do certame não deve ser identificada”. Decreto 5.450/05 art. 24 parágrafo 5º.

d) O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa Nacional de Compras , anexo IV.

4.5 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo VIII para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

4.5.1. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.5.2 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;



- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS:

4.5.3 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 4.6 “a”, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bnc.org.br.

4.5.4 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.5.5 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.5.6 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

4.5.7 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5.8 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.6 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.7 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.8 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso

5 DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 O licitante deverá encaminhar a proposta até a data e horário indicados no preâmbulo deste

Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25



PREFEITURA DA CIDADE DE **São SIMÃO**

Edital, por meio do sistema eletrônico quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas

5.1.1 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.1.2 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.1.3 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.1.4 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.4.1 Valor global estimado do objeto;

5.1.4.2 Descrição do objeto, indicando, quando for o caso, o quantitativo e as especificações dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços.

5.1.4.3 Até o horário previsto para o encaminhamento da Proposta de Preços, deverá o licitante, sob pena de desclassificação da proposta, sem proceder qualquer tipo de identificação, enviar em anexo no sistema, sua proposta, com todas as especificações constantes no termo de referência, além de valores unitários e valores totais.

5.2 A proposta de preços, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, deverá conter:

5.2.1 As características do objeto de forma clara e precisa, indicando **MARCA**, e, quando necessário, **MODELO** e **FABRICANTE**, bem como demais dados pertinentes, observadas as especificações constantes do Termo de Referência.

5.2.2 Preços unitários e total do lote, bem como valor GLOBAL da proposta em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;

5.2.2.1 No preço cotado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, **frete**, seguros e

Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25



quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

5.2.3 Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

5.2.4 Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

5.2.5 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

5.3 A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6 DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.2 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7 DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1 Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

7.1.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor **unitário** do item do lote e/ou PERCENTUAL DE DESCONTO

7.1.2 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.1.3 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



7.1.4 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.1.5 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um centavo)**.

Explicação Adotado o modo de disputa aberto, a previsão do item acima de intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances é obrigatória, conforme artigo 31, parágrafo único do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019. Já para o modo de disputa “aberto e fechado”, tal previsão é facultativa.

O subitem acima poderá ser acrescentado para incluir intervalo mínimo de valor (em moeda corrente) ou de percentuais entre os lances, que implique repercussão financeira que efetivamente diferencie uma proposta da outra, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 03/2013, e do art. 30, §3º do Decreto nº 10.024/19.

7.2 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.2.1 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.2.2 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.2.3 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.2.4 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.2.5 Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (COOP), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006.



7.2.6 O sistema identificará os preços ofertados pelas ME/EPP e COOP participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/COOP.

7.2.7 As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.2.8 Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.

7.2.9 Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/COOP empatadas, no referido intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitem acima.

7.2.10 Havendo êxito neste procedimento, a ME/EPP/COOP assumirá a condição de melhor classificada no certame, para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo ME/EPP/COOP participante, prevalecerá a classificação inicial.

7.2.11 Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.

7.2.12 Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

7.2.13 Produzidos no País;

7.2.14 Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

7.2.15 Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

7.2.16 Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.



7.2.17 Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

7.2.18 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 O licitante deverá apresentar a planilha de preços, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

8.3 O Pregoeiro poderá solicitar em “chat” ao licitante que apresente imediatamente documento contendo as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.5 Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.5.1 Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.6 No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado no sistema e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.



9 DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

9.1.1 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2 Não ocorrendo inabilitação, a documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar será verificada.

9.3 Para a habilitação, o licitante deverá anexar toda a documentação a seguir relacionada junto a plataforma:

9.3.1 Relativos à Habilitação Jurídica:

a. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de todas as eventuais alterações;

a.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados do documento de identificação do titular da empresa;

b. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada- EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados de todas as eventuais alterações ou da consolidação respectiva;

b.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados do(s) documento(s) de identificação de seu(s) administrador(es);

c. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação do(s) seu(s) administrador(es);

d. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;



e. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.3.1.1. Quando os documentos acima, cabíveis conforme a natureza do licitante, já tenham sido todos devidamente apresentados e juntados no credenciamento, não se fará necessária nova apresentação;

10.3.1.2 Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c.** Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;
- d.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante; **(Certidão de Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado e Certidão Negativa de Débitos não inscritos).**
- e -** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- f -** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;
- g -** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

9.3.1.1 Sob pena de inabilitação, as certidões relativas à regularidade fiscal deverão ter sido expedidas a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, quando estas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão competente expedidor;

9.3.1.2 Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte,

Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25



PREFEITURA DA CIDADE DE **São Simão**

ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

9.3.2 Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

a. Certidão negativa de falência, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;

a.1 - As empresas que estiverem em recuperação judicial deverão durante a fase de habilitação apresentar do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital. SÚMULA TCE-SP Nº 50 - Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

b. Comprovação de que possui capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total ofertado, através de certidão expedida pela Junta Comercial da respectiva sede.

c - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 (três) meses, nos seguintes termos:

c – 1 Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedades anônimas): publicados em Diário Oficial ou em jornais de grande circulação ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou no Cartório de Registro, conforme o caso;



PREFEITURA DA CIDADE DE **São SIMÃO**

c-2 Sociedades limitadas: fotocópia do Livro Diário, inclusive com os termos de abertura e encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou fotocópia do balanço e demonstrações contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou no Cartório de Registro, conforme o caso;

c – 3 Sociedades criadas no exercício em curso: fotocópia do balanço de abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou no Cartório de Registro, conforme o caso;

c – 4 Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06 (Estatuto das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte), por fotocópia do balanço e demonstrações contábeis, registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou no Cartório de Registro, conforme o caso.

c – 5 Empresas optantes ou obrigadas a Escrituração Contábil Digital (ECD), parte integrante do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), podem apresentar o Balanço nos termos do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, alterações destes e demais legislações vigentes.

d - Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

e- As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.3.3 Relativos à Qualificação Técnica:

a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, no percentual de 50 % (cinquenta por cento) ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Poderão ser apresentados mais de um testado para a comprovação do quantitativo.

9.3.4 Documentos Complementares:

a. Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002, conforme modelo anexo a este Edital.

9.4 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

9.4.1 No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.5 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.



9.7 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado no sistema e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

9.8 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.8.1 Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, ser-lhe-á assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.8.2 A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

9.8.3 A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

9.8.4 A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.9 Da sessão pública do Pregão será lavrada Ata, que mencionará todos os licitantes presentes, os lances finais oferecidos, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento, devendo a Ata ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor, **deverá ser encaminhada para o endereço de e-mail licitacao@saosimao.sp.gov.br no prazo de 30 (trinta) minutos**, a contar da solicitação do Pregoeiro.

10.1.1 A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada,



em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 Não serão aceitos, quando da readequação dos preços, que estes se apresentem superiores àqueles inicialmente ofertados em sua proposta contada no registro do pregão.

10.1.3 A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e no momento de aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11 DO ENCAMINHAMENTO DOS ENVELOPES

11.1 O encaminhamento do envelope deverá ser por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, endereçados a Sede da Prefeitura localizada na **Rua Rodolfo Miranda n. 167 - Centro - CEP 14.200-000, São Simão/SP.**

11.1.1 O prazo para recebimento é de até **10 (dez) dias úteis** contados a partir da solicitação do Pregoeiro em sessão pública.

11.1.2 No envelope da proposta final de preços e da documentação de habilitação deverá estar fechados e rubricados no fecho, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, com os seguintes dizeres:

PROPOSTA DE PREÇOS E HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO/SP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2022
(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE) CNPJ Nº XXXX
TELEFONE

12 DOS RECURSOS

12.1 Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa



enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, **no prazo de 15 (quinze) minutos** de forma motivada, manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos,

12.2 Havendo quem se manifeste, será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.3 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.4 Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

12.4.1 A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.

12.5 O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6 Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados



para, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da convocação, proceder à assinatura da do Contrato, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.

14.1.1 O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

14.2 No caso de o licitante vencedor, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar o Contrato, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus Anexos, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, assinar o Contrato.

14.3 O órgão gerenciador encaminhará cópia do Contrato aos órgãos participantes, se houver.

15 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1 O contrato terá vigência de **12 (DOZE) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais.

16 DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO

16.1 A alteração do Contrato e o cancelamento do deste deverão ser feitas junto ao Departamento de Licitações e Contratos.

17 DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

17.1 A contratação com fornecedor, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666.

17.1.1 As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e do Contrato, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

17.2 O órgão convocará a fornecedora com preço registrado no sistema para a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à



contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e do Contrato.

17.2.1 Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

17.3 A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3.1 As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

17.4 É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

17.4.1 É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

17.5 A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.6 Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à Administração.

18 DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

18.1 Cada contratação firmada com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de até 31 de dezembro, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

19 DO PREÇO

19.1 Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irrevogáveis. Somente podendo



sofrere reajustes termos da Lei.

19.2 O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, mediante negociação entre as partes e a formalização do pedido pela CONTRATADA, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ocorrida nos últimos 12 (doze) meses, e, caso o referido índice venha a se tornar inaplicável em virtude de disposição legal ou, por qualquer outro motivo, seja impossível a sua utilização, será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – IPC-FIPE.

20 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, e no Contrato.

21 DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

21.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência e na minuta do instrumento de Contrato, quando for o caso.

22 DO PAGAMENTO

22.1 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

22.2 O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

22.2.1 O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

22.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

22.4 Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.



PREFEITURA DA CIDADE DE **São SIMÃO**

22.5 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

22.6 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

22.7 A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

22.8 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente

devido I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

23 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1 Os recursos para a aquisição do objeto do presente pegrão, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação.

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL E ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA				
Ficha	Órgão	Funcional Programática	Fonte de Recurso Financeiro	Valor Previsto R\$
004/2022	02.01	04.122.1002.2.003.3.3.90.30.00	0800	41.200,00
019/2022	03.01	04.122.1002.2.004.3.3.90.30.00	0800	240.000,00
059/2022	04.02	04.122.1019.2.032.3.3.90.30.00	0800	40.600,00

Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25



100/2022	04.03	04.122.1019.2.022.3.3.90.30.00	0800	76.500,00
068/2022	04.03	15.452.1016.2.018.3.3.90.30.00	0800	250.000,00
078/2022	04.03	14.452.1016.2.019.3.3.90.30.00	0800	250.000,00
118/2022	04.03	17.512.1017.2.024.3.3.90.30.00	0800	250.000,00
132/2022	04.03	20.608.1020.2.027.3.3.90.30.00	0800	15.000,00
140/2022	04.03	26.782.1018.2.028.3.3.90.30.00	0800	75.000,00
215/2022	05.01	12.122.1002.2.017.3.3.90.30.00	0800	25.000,00
171/2022	05.01	12.306.1003.2.006.3.3.90.30.00	0800	60.000,00
197/2022	05.01	12.365.1011.2.013.3.3.90.30.00	0814	400.000,00
182/2022	05.01	12.361.1012.2.012.3.3.90.30.00	0815	150.000,00
223/2022	05.01	12.367.1027.2.033.3.3.90.30.00	0816	30.000,00
300/2022	06.01	13.392.1014.2.017.3.3.90.30.00	0800	51.200,00
310/2022	07.01	23.695.1022.2.017.3.3.90.30.00	0800	10.000,00
319/2022	08.01	27.812.1024.2.030.3.3.90.30.00	0800	70.000,00
334/2022	09.01	10.301.1008.2008.3.3.90.30.00	0501	319.100,00
335/2022	09.01	10.301.1008.2008.3.3.90.30.00	0580	400.000,00
354/2022	09.01	10.304.1008.2.009.3.3.90.30.00	0501	20.000,00
355/2022	09.01	10.304.1008.2.009.3.3.90.30.00	0580	50.000,00
365/2022	09.01	10.305.1009.2.010.3.3.90.30.00	0501	10.000,00
389/2022	10.01	08.244.1006.2.007.3.3.90.30.00	0817	63.000,00
407/2022	10.02	08.243.1005.2.007.3.3.90.30.00	0819	60.000,00
520/2022	11.01	18.541.1021.2.025.3.3.90.30.00	0818	20.000,00

24 DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

24.1.1 Não assinar o Contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

24.1.2 Apresentar documentação falsa;

24.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

24.1.4 Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

24.1.5 Comportar-se de modo inidôneo;

24.1.6 Cometer fraude fiscal;

24.1.7 Fizer declaração falsa;

24.1.8 Ensejar o retardamento da execução do certame.

24.2 A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até



cinco anos;

24.2.1 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

24.3 As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

24.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

24.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.6 As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

24.7 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

25 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 Até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, de maneira presencial ou através do e-mail: licitacao@saosimao.sp.gov.br

25.1.1 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.

25.2 Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

25.3 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.



25.4 É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

25.5 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado no sistema e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.6 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

25.7 A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

25.8 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.10 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.11 A ausência de apresentação de qualquer das declarações constantes deste Edital e seus anexos, poderá ser sanada na própria sessão, na fase correspondente, mediante a emissão da(s) mesma(s) pelo representante da licitante devidamente credenciado, de próprio punho ou reduzida a termo na ata da sessão pública;

25.12 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da



PREFEITURA DA CIDADE DE
São Simão

ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.13 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo em virtude de força maior ou caso fortuito, aceitável a juízo do Pregoeiro;

25.14 Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

25.15 O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das **09 horas às 16 horas**.

25.15.1 O Edital também poderá ser disponibilizado por meio eletrônico, através de solicitação enviada ao e-mail licitacao@saosimao.sp.gov.br, que será atendida em até 24 (vinte e quatro) horas, devendo a referida solicitação conter todos os dados necessários para identificação da licitante interessada.

25.16 Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das **09 horas às 16 horas**.

25.17 Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 5º, III, da Lei nº 10.520, de 2002.

25.18 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 2006, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

25.19 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de **São Simão**, Estado de SÃO PAULO, com exclusão de qualquer outro.

São Simão/SP, 11 de julho de 2022.

MARCOS DANIEL BONAGAMBA
Prefeito Municipal



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

DEPARTAMENTO SOLICITANTE: FROTAS

DATA: 31/05/2022.

1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de Empresa(s) para fornecimento de PNEUS, CAMARAS E PROTETORES.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação destinar-se-á a aquisição de pneus, rodas, câmaras e protetores para os veículos, máquinas e equipamentos desta Prefeitura.

2.2. Os materiais garantem o desenvolvimento de ações governamentais através do transporte de beneficiários dos serviços públicos; de empregados na execução de suas tarefas e na execução de serviços de utilidade pública.

3. VALOR

3.1. **O valor total estimado é de: R\$ 797.193,78 (SETECENTOS E NOVENTA E SETE MIL CENTO E NOVENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS);** a composição de tal valor é demonstrada no Anexo I “Planilha Orçamentária” anexada a este Termo de Referência.

4. USO DOS MATERIAIS E OU SERVIÇOS

4.1. Os materiais serão utilizados pelo Gabinete do Prefeito, Guarda Municipal, Departamentos de Administração e Finanças; Departamento da Educação, Cultura, Esportes e Turismo; Departamento da Saúde; Departamento de Obras e Serviços; Departamento de Assistência Social e Departamento de Meio Ambiente.

5. MATERIAIS E OU SERVIÇOS

5.1. Consumo:

As quantidades necessárias são estimadas para o consumo de 12 meses.

5.2. Cotações:

5.3. As cotações estão explícitas no “**Anexo I – Planilha Orçamentária**” anexada a este Termo de Referência.

6. ENTREGA DOS MATERIAIS

6.1. As entregas dos Materiais e ou Serviços deverão obedecer às indicações na Requisição de Compra, da qual se originará a “**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**”.



7. RECEBIMENTO DOS MATERIAIS.

7.1. Dias e Horários:

Os dias e horários serão descritos na Requisição de Compra emitida pelo Setor solicitante da qual se origina a Autorização de Fornecimento.

7.2. Prazo de Entrega:

Os materiais deverão ser entregues nos locais especificados na “**AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**” e nos termos destas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados do envio de e-mail da Autorização de Fornecimento.

7.3. Acondicionamento:

Os materiais deverão ser devidamente acondicionados em embalagem apropriada e resistente para o transporte, manuseio e armazenamento e estar acompanhados da nota fiscal correspondente.

7.4. Notas Fiscais:

A nota fiscal deverá conter o número da *Autorização de Fornecimento* e o número da “*Nota de Empenho*”; no ato da entrega o fornecedor deverá obter o protocolo mediante identificação do recebedor, o que acusa o recebimento dos bens;

8. GARANTIA

8.1. A empresa contratada deverá fornecer os Pneus, dentro das especificações das normas de qualidade e segurança INMETRO ou outro instituto de pesquisa que porventura possa a vir definir as características básicas de qualidade, durabilidade e segurança dos materiais.

8.2. Certificado de Qualidade do INMETRO, cópia autenticada ou cópia autenticada da publicação em órgão oficial.

8.3. Apresentar Alvará de funcionamento atualizado, expedido pela Prefeitura da sede da proponente.

8.4. Atestado de capacidade técnica, emitido por órgão público ou privado em nome da proponente, de que forneceu o objeto desta licitação e que atendeu satisfatoriamente, destacando marca e modelo do material.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A contratada, em conformidade com o objeto da presente licitação obriga-se a indicar representante com poderes para tratar de todos os assuntos relacionados à execução dos fornecimentos e ainda informar e-mail para comunicações desta natureza, inclusive para receber notificações de eventuais aplicações de penalidades;

9.2. Comunicar, imediatamente, à Contratante, qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras, julgadas necessárias para a comunicação: as especificadas no subitem anterior (por meios eletrônicos, inclusive).

9.3. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas durante o certame.



9.4. Fornecer os materiais conforme “Autorização de Fornecimento” emitida pelo contratante, com as qualidades indicadas de cada material e ou serviço e suas especificações.

9.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

10.1. Em conformidade com as obrigações resultantes da Lei nº 8.666/93, a Prefeitura Municipal de São Simão deverá proporcionar todas as facilidades à boa execução dos fornecimentos, permitindo aos funcionários da contratada, devidamente identificados, o livre acesso aos locais da entrega dos materiais.

10.2. Atestar a execução dos fornecimentos, definitivamente, por meio dos Diretores dos Departamentos ou por servidor ou comissão especialmente designados.

10.3. Efetuar pagamento à contratada de acordo com condições estabelecidas no Contrato.

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução dos fornecimentos, registrando as ocorrências e deficiências verificadas, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, e notificar a contratada quanto às medidas corretivas pertinentes por meio de gestor especialmente designado.

11. PREVISÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

11.1. Parecer Contábil.

11.1.1. Ato essencial do processo licitatório garante a existência da dotação, no entanto o valor disponível da mesma dependerá do valor a ser requisitado na Requisição de Compras emitida periodicamente pelo setor solicitante.

11.1.2. Parecer Contábil será preenchido pelo Departamento de Contabilidade.

11.2. Parecer Financeiro.

11.2.1. Ato essencial do processo licitatório garante a previsão dos recursos financeiros.

11.2.2. O Parecer Financeiro será preenchido pelo Departamento de Finanças.

12. PAGAMENTO.

12.1. Os pagamentos à Contratada serão efetuados obedecendo ao seguinte procedimento: O vencimento será fixado após 30 dias a contar da data do atestado/medição do recebimento das mercadorias e ou serviços constantes no verso da Nota Fiscal.

13. GESTOR DO CONTRATO

13.1. Como gestor do contrato fica nomeado o Sr. CARLOS CÉSAR MATIAS CORREA, Chefe do Setor III de Frotas desta Prefeitura.

14. PLANILHA QUANTITATIVA/ORÇAMENTÁRIA

15. A descrição dos itens, os quantitativos e os valores estimados estão discriminados na PLANILHA QUANTITATIVA/ORÇAMENTÁRIA.



PREFEITURA DA CIDADE DE
São Simão

PLANILHA QUANTITATIVA/ORÇAMENTÁRIA			
OBJETO RESUMIDO	Aquisição de Pneus, câmaras e protetores	VALOR TOTAL ESTIMADO >> R\$ 797.193,78	

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	MARCA	QT	MEDIA	TOTAL R\$
01	PNEU 12.5/80-18	PNEU 12.5/80 X 18 COM CÂMARA 12 LONAS. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	06	2660,00	15.960,00
02	PNEU 12/4/24	PNEU PARA TRATOR AGRÍCOLA; NOVO, (PRIMEIRA VIDA), DIMENSÕES 12.4-24; RODA DE TRATOR AGRÍCOLA; 10 LONAS Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	03	2171,35	6.514,05
03	PNEU 14.9-28	PNEU AGRÍCOLA 14.9-28 12 LONAS Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	03	4078,67	12.236,01
04	PNEU 1400/24	PNEU 1400/24- 12 LONAS, MATERIAL CARCAÇA LONA POLIÉSTER, TALÃO ARAME AÇO, BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	18	4900,00	88.200,00
05	PNEU 185-70 R 14	REFERÊNCIA 185/70 R 14, MATERIAL CARCAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL TALÃO ARAME AÇO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARCAÇA RADIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531. COM SELO DO INMETRO IMPRESSO. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	18	510,00	9.180,00
06	PNEU 17.5X25	PNEUMATICO PARA MAQUINAS FORA DE ESTRADA, 17.5X25, NOVO (PRIMEIRA VIDA), PARA MAQUINA CARREGADEIRA, NOVO PRIMEIRA VIDA, L-3, 16 LONAS. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	03	4844,70	14.534,10
07	PNEU 175/70/13	PNEUMATICO PARA AUTOMOVELEVE,	***	12	427,33	5127,96

Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25



PREFEITURA DA CIDADE DE
São Simão

		CONSTRUÇÃO RADIAL, NORMAL, DIMENSÕES 175/70R13, ARO 13, CAPACIDADE DE CARGA IC82, NOVO (PRIMEIRA VIDA), COM CERTIFICADO COMPULSORIA INMETRO, ATENDA A NORMA ABNT NBR 15296/2005, PARA PEÇA DE REPOSIÇÃO ORIGINAL. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.				
08	Pneu 175/70/14	REFERÊNCIA 175/70 R 14, MATERIAL CARÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL TALÃO ARAME AÇO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARÇA RADIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531. COM SELO DO INMETRO IMPRESSO. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.		90	599,33	53.939,70
09	Pneu 185/60 R15	Pneumatico para automóvel leve, construção radial normal, dimensões 185/60R15 Aro 15, capacidade de carga IC91 novo primeira vida com certificado INMETRO, atenda a norma ABNT NBR 15296/2005 para peça de reposição original. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	06	575	3.450,00
10	PNEU 18/4/30	PNEU VEÍCULO TERRAPLENAGEM, NOME PNEU TRATOR / VEICULO TERRAPLENAGEM-PNEU PARA MÁQUINA AGRÍCOLA. - TRATOR. LONA POLIÉSTER. ARAME AÇO. BORRACHA DE ALTA RESISTÊNCIA. MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE. 14 LONAS. 18.4X30. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	04	4.936,04	19.744,16
11	PNEU 18.4 X 34	Pneu em construção diagonal com medida 18.4 – 34 índice de carga no mínimo 12, carga máxima no mínimo 3375kg, diâmetro externo 345 polegadas, diâmetro externo 1657mm no mínimo, lastro de água (litros/kg) no mínimo 379. Primeira vida não reconcondicionado, não recauchutado, certificado compulsória inmetro,	***	01	5.519,24	5.519,24

Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25



PREFEITURA DA CIDADE DE
São Simão

		atenda a norma abnt nbr 15296/2005, para peça de reposição original Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.				
12	PNEU 185R14C	PNEU PARA AUTOMÓVEL REFERÊNCIA 185 R 14 C, MATERIAL CARÇAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL TALÃO ARAME AÇO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARÇAÇA RADIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531. COM SELO DO INMETRO IMPRESSO Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	27	571,67	15.435,09
13	Pneu 195/65/15	PNEUMATICO PARA AUTOMOVEL LEVE, CONSTRUCAO RADIAL, NORMAL, DIMENSOES 195/65 R 15, ARO 15, CAPACIDADE DE CARGA IC91, NOVO (PRIMEIRA VIDA),COM CERTIFICADO COMPULSORIA INMETRO, ATENDA A NORMA ABNT NBR 15296/2005, PARA PECA DE REPOSICAO ORIGINAL Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	09	619,45	5575,05
14	PNEU 205/70/15C	PNEUMATICO PARA UTILITARIO, DIMENSOES 205/70R15C, CONSTRUCAO RADIAL, REFORCADO, ARO 15, IC 106/104, COD.VEL."R", NOVO (PRIMEIRA VIDA), COM CERTIFICADO COMPULSORIA INMETRO, ATENDA A NORMA ABNT NBR 15296/2005, PARA PECA DE REPOSICAO Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	09	613,33	5.519,97
15	PNEU 205/75/16c	PNEUMATICO PARA UTILITARIO, DIMENSOES 205/75R16C, CONSTRUCAO RADIAL, REFORCADO, ARO 16, IC 110/108, NOVO (PRIMEIRA VIDA), COM CERTIFICADO COMPULSORIA INMETRO, ATENDA A NORMA ABNT NBR 15296/2005, PARA PECA DE REPOSICAO ORIGINAL. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado	***	18	1091,42	19.645,56

Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25



PREFEITURA DA CIDADE DE
São Simão

		INMETRO.				
16	PNEU 215/75/17,5	PNEUMATICO PARA UTILITARIO, DIMENSOES 215/75 R 17.5, CONSTRUCAO RADIAL, LISO , NORMAL, ARO 17.5, IC 126/124, NOVO (PRIMEIRA VIDA), COM CERTIFICADO COMPULSORIA INMETRO, ATENDA A NORMA ABNT NBR 15296/2005, PARA PECA DE REPOSICAO ORIGINAL Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	45	724,00	32.580,00
17	PNEU 275/80/22,5 Liso	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, TIPO ESTRUTURA CARCAÇA RADIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, LISO, DIMENSÕES 275/80 R22,5, APLICAÇÃO CAMINHÃO Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	45	2075,00	93.375,00
18	PNEU 275/80/22,5 borrachudo	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, TIPO ESTRUTURA CARCAÇA RADIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, BORRACHUDO, DIMENSÕES 275/80 R22,5, Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	06	2206,44	13.238,64
19	PNEU 7.50/R16	PNEU TRATOR /VEICULO TERRAPLENAGEM - PNEU PARA MÁQUINA AGRÍCOLA. - TRATOR. LONA POLIÉSTER. ARAME AÇO. BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE. DIRECIONAL. 10 LONAS. COM CERTIFICAÇÃO INMETRO. 750X16. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.		06	1002,65	6.015,90
20	PNEU 750/16	PNEU RADIAL LISO, REFERÊNCIA 750 R 16, 12 LONAS, MATERIAL CARCAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL TALÃO ARAME AÇO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARCAÇA DIAGONAL, NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS	***	12	1044,24	12.530,88

Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25



PREFEITURA DA CIDADE DE
São Simão

		ABNT NBR 5531. COM SELO DO INMETRO IMPRESSO Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.				
21	PNEU 900/20 LISO	PNEUMATICO PARA CAMINHAO, ONIBUS E SEUS REBOCADOS, DIMENSOES 900X20, CONSTRUCAO RADIAL LISO, ARO 16, IC 148/145 COD VEL J, NOVO (PRIMEIRA VIDA),COM CERTIFICACAO COMPULSORIA INMETRO, ATENDA A NORMA ABNT NBR 15296/2005, PARA PEÇA DE REPOSICAO ORIGINAL Pneu . Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	18	1529,00	27.522,00
22	PNEU UTILITARIO 235/75R15	PNEU PARA UTILITÁRIO; DIMENSÕES 225/75/R15; CONSTRUÇÃO RADIAL; REFORÇADO; ARO 15; Ic 110 s m+s; novo (PRIMEIRA VIDA), COM CERTIFICADO COMPULSÓRIA DO INMETRO; ATENDA A NORMA ABNT NBR 15296/2005, PARA PEÇA DE REPOSIÇÃO ORIGINAL. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	09	656,25	5.906,25
23	Pneu UTILITARIO 215 - 65 R16C	PNEU PARA UTILITÁRIO; DIMENSÕES 215/65/R16C; CONSTRUÇÃO RADIAL; REFORÇADO; ARO 15 novo (PRIMEIRA VIDA), COM CERTIFICADO COMPULSÓRIA DO INMETRO; ATENDA A NORMA ABNT NBR 15296/2005, PARA PEÇA DE REPOSIÇÃO ORIGINAL. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	****	27	1244,65	33.605,55
24	Pneu 1100/22 LISO	PNEU 1100/22 LISO 16 LONAS COM SELO DO INMETRO Radial 150/147 novo, não recondicionado/ recauchutado – liso. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	****	06	2760,16	16.560,96
25	Pneu 1000 x 20 liso	PNEU 1000 X 20 LISO 16 LONAS COM SELO DO INMETRO novo, não recondicionado / recauchutado – liso. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	06	2635,33	15.811,98
26	Pneu 1000 x 20 borrachudo	PNEU 1000 X 20 LISO 16 LONAS COM SELO DO INMETRO 146/143k novo, não recondicionado / recauchutado – Borrachudo . Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou	***	06	3116,77	18.700,62

Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25



PREFEITURA DA CIDADE DE
São Simão

		comércio. Certificado INMETRO.				
27	CAMARA 1100/22	CÂMARA AR PNEU, MATERIAL BORRACHA, TAMANHO 1.100 X 22.	***	06	202,29	1.213,74
28	CAMARA 12.5/80-18	CAMARA 12.5/80-18	***	04	338,33	1.353,32
29	CAMARA 12/4/24	CAMARA 12/4/24	***	06	256,26	1.537,56
30	CAMARA 14.9-28	CAMARA 14.9-28	***	03	382,25	1.146,75
31	CAMARA 1400/24 A8 PARA PÁ CARREGADEIRA	CAMARA 1400/24	***	13	252,76	3.285,88
32	CAMARA 17.5-25	CAMARA 17.5-25	***	03	371,27	1.113,81
33	CAMARA 18/4/30	CAMARA 18/4/30	***	03	484,43	1.453,29
34	CAMARA 18.4 X 34	CAMARA DE AR 18.4 X 34	***	03	448,00	1.344,00
35	CAMARA 750/16	CAMARA DE AR PARA PNEU 750 x 16	***	13	86,19	1.120,47
36	CAMARA 900/20	CÂMARA AR PNEU, MATERIAL BORRACHA, APLICAÇÃO TIPO PNEU CONVENCIONAL, TAMANHO 900 X 20	***	09	123,99	1.115,91
37	PROTETOR 750/16	PROTETOR DE CAMARA 750/16	***	18	47,61	856,98
38	PROTETOR 12/4/24	PROTETOR DE CAMARA 12/4/24	***	03	255,46	766,38
39	PROTETOR 1400/24	PROTETOR DE CAMARA 1400/24	***	15	90,10	1.351,50
40	PROTETOR 17.5-25	PROTETOR DE CAMARA 17.5-25	***	03	210,00	630,00
41	PROTETOR 900/20	PROTETOR CÂMARA DE AR, MATERIAL BORRACHA, TAMANHO 900 X 20	***	15	66,17	992,55
42	PNEU 600 X 16	PNEU PARA MÁQUINA AGRÍCOLA. - TRATOR. LONA POLIÉSTER. ARAME AÇO. BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE. DIRECIONAL. 10 LONAS. COM CERTIFICAÇÃO INMETRO. 600X16. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	03	896,00	2.688,00
43	CAMARA DE AR 600 X 16	Câmara de ar 600 x 16	***	03	86,19	258,57
44	CAMARA DE AR 14.9 24	Câmara de ar 14.9 x 24	***	04	250,86	1003,44
45	PNEU 14.9 24	Pneu em construção diagonal para uso em terreno não pavimentado sem câmara medida 14.9 x 24. PNEU PARA MÁQUINA AGRÍCOLA. - TRATOR. LONA POLIÉSTER. ARAME AÇO. BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE. DIRECIONAL. 10 LONAS. Apresentar garantia do fabricante ou importadora	***	04	2790,33	11.161,32

Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25



PREFEITURA DA CIDADE DE
São Simão

		ou comércio. Certificado INMETRO.				
Empresas ME – MEI 25% DOS ITENS SENDO ITEM 46 AO ITEM 90						
46	PNEU 12.5/80-18	PNEU 12.5/80 X 18 COM CÂMARA 12 LONAS. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	02	2660,00	5.320,00
47	PNEU 12/4/24	PNEU PARA TRATOR AGRÍCOLA; NOVO, (PRIMEIRA VIDA), DIMENSÕES 12.4-24; RODA DE TRATOR AGRÍCOLA; 10 LONAS COM SELO DO INMETRO. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	01	2171,35	2.171,35
48	PNEU 14.9-28	PNEU AGRÍCOLA 14.9-28 12 LONAS COM SELO DO INMETRO Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	01	4078,67	4078,67
49	PNEU 1400/24	PNEU 1400/24- 12 LONAS, MATERIAL CARÇAÇA LONA POLIESTER, TALÃO ARAME AÇO, BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA COM SELO DO INMETRO. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	06	4900,00	29.400,00
50	PNEU 185-70 R 14	REFERÊNCIA 185/70 R 14, MATERIAL CARÇAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL TALÃO ARAME AÇO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARÇAÇA RADIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531. COM SELO DO INMETRO IMPRESSO. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	6	510,00	3060,00
51	PNEU 17.5X25	PNEUMATICO PARA MAQUINAS FORA DE ESTRADA, 17.5X25, NOVO (PRIMEIRA VIDA), PARA MAQUINA CARREGADEIRA, NOVO PRIMEIRA VIDA, L-3, 16 LONAS. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	01	4844,69	4844,69
52	PNEU 175/70/13	PNEUMATICO PARA AUTOMOVEL LEVE, CONSTRUCAO RADIAL, NORMAL, DIMENSOES 175/70R13, ARO 13, CAPACIDADE DE CARGA IC82, NOVO (PRIMEIRA VIDA), COM CERTIFICADO COMPULSORIA INMETRO, ATENDA A NORMA ABNT NBR 15296/2005, PARA PECA DE REPOSICAO ORIGINAL	***	04	427,33	1709,32

Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25



PREFEITURA DA CIDADE DE
São Simão

		Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.				
53	Pneu 175/70/14	REFERÊNCIA 175/70 R 14, MATERIAL CARÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL TALÃO ARAME AÇO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARÇA RADIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531. COM SELO DO INMETRO IMPRESSO. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.		30	599,33	17.979,90
54	Pneu 185/60 R15	Pneumatico para automóvel leve, construção radial normal, dimensões 185/60R15 Aro 15, capacidade de carga IC91 novo primeira vida com certificado INMETRO, atenda a norma ABNT NBR 15296/2005 para peça de reposição original. . Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	02	575,00	1150,00
55	PNEU 18/4/30	PNEU VEÍCULO TERRAPLENAGEM, NOME PNEU TRATOR / VEICULO TERRAPLENAGEM-PNEU PARA MÁQUINA AGRÍCOLA. - TRATOR. LONA POLIÉSTER. ARAME AÇO. BORRACHA DE ALTA RESISTÊNCIA. MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE. 14 LONAS. 18.4X30. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	02	4936,04	9.872,08
56	PNEU 18.4 X 34	Pneu em construção diagonal com medida 18.4 – 34 índice de carga no mínimo 12, carga máxima no mínimo 3375kg, diâmetro externo 345 polegadas, diâmetro externo 1657mm no mínimo, lastro de água (litros/kg)no mínimo 379. Primeira vida não reconicionado, não recauchutado, certificado compulsória inmetro, atenda a norma abnt nbr 15296/2005, para peça de reposição original Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	01	5519,24	5.519,24
57	PNEU 185R14C	PNEU PARA AUTOMÓVEL REFERÊNCIA 185 R 14 C, MATERIAL CARÇA LONA	***	9	571,66	5144,94

Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25



PREFEITURA DA CIDADE DE
São Simão

		POLIÉSTER, MATERIAL TALÃO ARAME AÇO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARCAÇA RADIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531. COM SELO DO INMETRO IMPRESSO Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.				
58	Pneu 195/65/15	PNEUMATICO PARA AUTOMOVELEVE, CONSTRUCAO RADIAL, NORMAL, DIMENSOES 195/65 R 15, ARO 15, CAPACIDADE DE CARGA IC91, NOVO (PRIMEIRA VIDA),COM CERTIFICADO COMPULSORIA INMETRO, ATENDA A NORMA ABNT NBR 15296/2005, PARA PECA DE REPOSICAO ORIGINAL Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO..	***	3	619,44	1858,32
59	PNEU 205/70/15C	PNEUMATICO PARA UTILITARIO, DIMENSOES 205/70R15C, CONSTRUCAO RADIAL, REFORCADO, ARO 15, IC 106/104, COD.VEL."R", NOVO (PRIMEIRA VIDA), COM CERTIFICADO COMPULSORIA INMETRO, ATENDA A NORMA ABNT NBR 15296/2005, PARA PECA DE REPOSICAO Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	03	613,33	1.839,99
60	PNEU 205/75/16c	PNEUMATICO PARA UTILITARIO, DIMENSOES 205/75R16C, CONSTRUCAO RADIAL, REFORCADO, ARO 16, IC 110/108, NOVO (PRIMEIRA VIDA), COM CERTIFICADO COMPULSORIA INMETRO, ATENDA A NORMA ABNT NBR 15296/2005, PARA PECA DE REPOSICAO ORIGINAL. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO..	***	06	1091,41	6548,46
61	PNEU 215/75/17,5	PNEUMATICO PARA UTILITARIO, DIMENSOES 215/75 R 17.5, CONSTRUCAO RADIAL, LISO, NORMAL, ARO 17.5, IC 126/124, NOVO (PRIMEIRA VIDA), COM CERTIFICADO COMPULSORIA INMETRO, ATENDA A	***	15	724,00	10.860,00

Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25



PREFEITURA DA CIDADE DE
São Simão

		NORMA ABNT NBR 15296/2005, PARA PEÇA DE REPOSIÇÃO ORIGINAL Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.				
62	PNEU 275/80/22,5 Liso	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, TIPO ESTRUTURA CARÇAÇA RADIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, LISO, DIMENSÕES 275/80 R22,5, APLICAÇÃO CAMINHÃO Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	15	2075,00	31,125,00
63	PNEU 275/80/22,5 borrachudo	PNEU VEÍCULO AUTOMOTIVO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, TIPO ESTRUTURA CARÇAÇA RADIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CÂMARA, BORRACHUDO, DIMENSÕES 275/80 R22,5, Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	02	2206,44	4.412,88
64	PNEU 7.50/R16	PNEU TRATOR /VEICULO TERRAPLENAGEM - PNEU PARA MÁQUINA AGRÍCOLA. - TRATOR. LONA POLIÉSTER. ARAME AÇO. BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE. DIRECIONAL. 10 LONAS. COM CERTIFICAÇÃO INMETRO. 750X16. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	02	1002,65	2005,30
65	PNEU 750/16	PNEU RADIAL LISO, REFERÊNCIA 750 R 16, 12 LONAS, MATERIAL CARÇAÇA LONA POLIÉSTER, MATERIAL TALÃO ARAME AÇO, MATERIAL BANDA RODAGEM BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA, MATERIAL FLANCOS MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE, TIPO ESTRUTURA CARÇAÇA DIAGONAL, NÃO REMOLDADO E NÃO RECAUCHUTADO. O ITEM DEVERÁ ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531. COM SELO DO INMETRO IMPRESSO Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	04	1044,24	4176,96
66	PNEU 900/20 LISO	PNEUMÁTICO PARA CAMINHÃO, ONIBUS E SEUS REBOCADOS, DIMENSÕES 900X20, CONSTRUÇÃO	***	06	1529,00	9174,00

Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25



PREFEITURA DA CIDADE DE
São Simão

		RADIAL LISO, ARO 16, IC 148/145 COD VEL J, NOVO (PRIMEIRA VIDA), COM CERTIFICACAO COMPULSORIA INMETRO, ATENDA A NORMA ABNT NBR 15296/2005, PARA PEÇA DE REPOSICAO ORIGINAL Pneu . Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.				
67	PNEU UTILITARIO 235/75R15	PNEU PARA UTILITÁRIO; DIMENSÕES 225/75/R15; CONSTRUÇÃO RADIAL; REFORÇADO; ARO 15; Ic 110 s m+s; novo (PRIMEIRA VIDA), COM CERTIFICADO COMPULSÓRIA DO INMETRO; ATENDA A NORMA ABNT NBR 15296/2005, PARA PEÇA DE REPOSIÇÃO ORIGINAL. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	03	656,25	1968,75
68	Pneu UTILITARIO 215 - 65 R16C	PNEU PARA UTILITÁRIO; DIMENSÕES 215/65/R16C; CONSTRUÇÃO RADIAL; REFORÇADO; ARO 15 novo (PRIMEIRA VIDA), COM CERTIFICADO COMPULSÓRIA DO INMETRO; ATENDA A NORMA ABNT NBR 15296/2005, PARA PEÇA DE REPOSIÇÃO ORIGINAL. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	****	9	1244,65	11.201,85
69	Pneu 1100/22 LISO	PNEU 1100/22 LISO 16 LONAS COM SELO DO INMETRO Radial 150/147 novo, não recondicionado/ recauchutado – liso. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	****	02	2760,16	5520,32
70	Pneu 1000 x 20 liso	PNEU 1000 X 20 LISO 16 LONAS COM SELO DO INMETRO novo, não recondicionado / recauchutado – liso . Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	02	2635,33	5.270,66
71	Pneu 1000 x 20 borrachudo	PNEU 1000 X 20 LISO 16 LONAS COM SELO DO INMETRO 146/143k novo, não recondicionado / recauchutado – Borrachudo . Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	02	3.116,77	6.233,54
72	CAMARA 1100/22	CÂMARA AR PNEU, MATERIAL BORRACHA, TAMANHO 1.100 X 22.	***	02	202,29	404,58
73	CAMARA 12.5/80-18	CAMARA 12.5/80-18	***	02	338,33	676,66
74	CAMARA 12/4/24	CAMARA 12/4/24	***	02	256,26	512,52
75	CAMARA 14.9-28	CAMARA 14.9-28	***	01	364,25	364,25

Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25



PREFEITURA DA CIDADE DE
São Simão

76	CAMARA 1400/24 A8 PARA PÁ CARREGADEIRA	CAMARA 1400/24	***	05	252,76	1263,80
77	CAMARA 17.5-25	CAMARA 17.5-25	***	01	371,27	371,27
78	CAMARA 18/4/30	CAMARA 18/4/30	***	01	484,43	484,43
79	CAMARA 18.4 X 34	CAMARA DE AR 18.4 X 34	***	01	448,00	448,00
80	CAMARA 750/16	CAMARA DE AR PARA PNEU 750 x 16	***	05	86,19	430,95
81	CAMARA 900/20	CÂMARA AR PNEU, MATERIAL BORRACHA, APLICAÇÃO TIPO PNEU CONVENCIONAL, TAMANHO 900 X 20	***	03	123,99	371,97
82	PROTETOR 750/16	PROTETOR DE CAMARA 750/16	***	06	47,61	285,66
83	PROTETOR 12/4/24	PROTETOR DE CAMARA 12/4/24	***	01	255,46	255,46
84	PROTETOR 1400/24	PROTETOR DE CAMARA 1400/24	***	05	90,10	450,50
85	PROTETOR 17.5- 25	PROTETOR DE CAMARA 17.5-25	***	01	210,00	210,00
86	PROTETOR 900/20	PROTETOR CÂMARA DE AR, MATERIAL BORRACHA, TAMANHO 900 X 20	***	5	66,16	330,80
87	PNEU 600 X 16	PNEU PARA MÁQUINA AGRÍCOLA. - TRATOR. LONA POLIÉSTER. ARAME AÇO. BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE. DIRECIONAL. 10 LONAS. COM CERTIFICAÇÃO INMETRO. 600X16. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	01	896,00	896,00
88	CAMARA DE AR 600 X 16	Câmara de ar 600 x 16	***	01	86,19	86,19
89	CAMARA DE AR 14.9 24	Câmara de ar 14.9 x 24	***	02	250,86	501,72
90	PNEU 14.9 24	Pneu em construção diagonal para uso em terreno não pavimentado sem câmara medida 14.9 x 24. PNEU PARA MÁQUINA AGRÍCOLA. - TRATOR. LONA POLIÉSTER. ARAME AÇO. BORRACHA ALTA RESISTÊNCIA. MISTURA BORRACHA ALTA FLEXIBILIDADE. DIRECIONAL. 10 LONAS. Apresentar garantia do fabricante ou importadora ou comércio. Certificado INMETRO.	***	02	2790,33	5580,66
						R\$ 797.193,78

São Simão/SP, 31 de MAIO de 2022.

Sr. Carlos Cesar Matias Correa
Chefe de setor III de Frotas desta Prefeitura.

Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25



ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO Nº 104/2022

CONTRATO Nº XX/2022

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES A SER CONTRATADO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO/SP, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO**, com sede na administrativa no endereço Rua Rodolfo Miranda, nº167, Centro – São Simão, CEP 14.200.000, inscrito no CNPJ sob o nº 45.369.220/0001-25, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Marcos Daniel Bonagamba, CPF nº 083.993.648-60 e RG nº 20.402.756-1 SSP/SP, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXXXX**, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **XXXXXX**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **XXXX** e CPF nº **XXXXXX**, tendo em vista o que consta no **Processo nº 104/2022, e o resultado final do Pregão Eletrônico nº 038/2022**, com fundamento na Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O contrato tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, ESPECIALMENTE NAS PLANILHAS DESCRITIVA E QUANTITATIVA/ORÇAMENTÁRIA – ANEXO I, PARA TODAS AS SECRETARIAS E SETORES MUNICIPAIS**, visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de São Simão, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no Edital e seus Anexos, de acordo com os valores ofertados pela Contratada, constantes em Anexo deste instrumento.



1.1.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital do **Pregão Eletrônico nº 038/2022**, com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL, DA QUANTIDADE E DO PRAZO DE ENTREGA DO MATERIAL

2.1. O material deverá ser entregue conforme local e quantidades discriminados nos pedidos de fornecimento.

2.2. O prazo de entrega do material será de **10 (DEZ) dias** consecutivos ao recebimento da solicitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A CONTRATADA obriga-se a:

3.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

3.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

3.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

3.1.2.1. Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

3.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

3.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



3.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

3.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

3.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

4.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

4.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

4.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;

4.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

5.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no



dia do esgotamento do prazo.

5.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO

6.1. O valor do contrato é de R\$ **XXXX (XXXXXXXXXXXXXX)**.

6.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (DOZE) meses**, a partir da data da assinatura do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.2. Prorrogável somente nos termos da lei

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

8.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA.

8.2.1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

8.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

8.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso,



autenticado e juntado ao processo de pagamento.

8.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

8.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.7. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

8.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente

devido I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

9. CLÁUSULA NONA – DO PREÇO

9.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

9.2. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, mediante negociação entre as partes e a formalização do pedido pela CONTRATADA, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ocorrida nos últimos 12 (doze) meses, e, caso o referido índice



venha a se tornar inaplicável em virtude de disposição legal ou, por qualquer outro motivo, seja impossível a sua utilização, será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – IPC-FIPE.

10. CLÁUSULA DEZ – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL E ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA				
Ficha	Órgão	Funcional Programática	Fonte de Recurso Financeiro	Valor Previsto R\$
004/2022	02.01	04.122.1002.2.003.3.3.90.30.00	0800	41.200,00
019/2022	03.01	04.122.1002.2.004.3.3.90.30.00	0800	240.000,00
059/2022	04.02	04.122.1019.2.032.3.3.90.30.00	0800	40.600,00
100/2022	04.03	04.122.1019.2.022.3.3.90.30.00	0800	76.500,00
068/2022	04.03	15.452.1016.2.018.3.3.90.30.00	0800	250.000,00
078/2022	04.03	14.452.1016.2.019.3.3.90.30.00	0800	250.000,00
118/2022	04.03	17.512.1017.2.024.3.3.90.30.00	0800	250.000,00
132/2022	04.03	20.608.1020.2.027.3.3.90.30.00	0800	15.000,00
140/2022	04.03	26.782.1018.2.028.3.3.90.30.00	0800	75.000,00
215/2022	05.01	12.122.1002.2.017.3.3.90.30.00	0800	25.000,00
171/2022	05.01	12.306.1003.2.006.3.3.90.30.00	0800	60.000,00
197/2022	05.01	12.365.1011.2.013.3.3.90.30.00	0814	400.000,00
182/2022	05.01	12.361.1012.2.012.3.3.90.30.00	0815	150.000,00
223/2022	05.01	12.367.1027.2.033.3.3.90.30.00	0816	30.000,00
300/2022	06.01	13.392.1014.2.017.3.3.90.30.00	0800	51.200,00
310/2022	07.01	23.695.1022.2.017.3.3.90.30.00	0800	10.000,00
319/2022	08.01	27.812.1024.2.030.3.3.90.30.00	0800	70.000,00
334/2022	09.01	10.301.1008.2008.3.3.90.30.00	0501	319.100,00
335/2022	09.01	10.301.1008.2008.3.3.90.30.00	0580	400.000,00
354/2022	09.01	10.304.1008.2.009.3.3.90.30.00	0501	20.000,00
355/2022	09.01	10.304.1008.2.009.3.3.90.30.00	0580	50.000,00
365/2022	09.01	10.305.1009.2.010.3.3.90.30.00	0501	10.000,00
389/2022	10.01	08.244.1006.2.007.3.3.90.30.00	0817	63.000,00
407/2022	10.02	08.243.1005.2.007.3.3.90.30.00	0819	60.000,00
520/2022	11.01	18.541.1021.2.025.3.3.90.30.00	0818	20.000,00

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em orçamento próprio para este exercício, na dotação abaixo discriminada:

11. CLÁUSULA ONZE – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização da contratação será exercido pelo servidor **Carlos Cesar Matias Correa**, designado gestor, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.



11.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. CLÁUSULA DOZE - DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

12.2.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

13. CLÁUSULA TREZE - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que, no decorrer da contratação:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

13.1.2. Apresentar documentação falsa;

13.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.4. Cometer fraude fiscal;

13.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato.



13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de São Simão/SP, pelo prazo de até dois anos;

d. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

13.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

13.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

13.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo



que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Órgão, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14. CLÁUSULA CATORZE – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993:

14.1.1. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

14.1.2. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

14.1.3. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;

14.1.4. o atraso injustificado no início do fornecimento;

14.1.5. a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

14.1.6. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;

14.1.7. o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;



14.1.8. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

14.1.9. a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

14.1.10. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;

14.1.11. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

14.1.12. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

14.1.13. a supressão, por parte da Administração, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993

14.1.14. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

14.1.15. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

14.1.16. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

14.1.17. o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

14.2. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:



14.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nas cláusulas 14.1.1 a 14.1.12, 14.1.16 e 14.1.17;

14.3.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

14.3.3. judicial, nos termos da legislação.

14.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas cláusulas 14.1.12 a 14.1.16, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

14.5.1. pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

14.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

14.7. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

14.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.7.3. Indenizações e multas.

15. CLÁUSULA QUINZE - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas correlatas, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.



17. CLÁUSULA DEZESSETE – DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Simão, Estado de SÃO PAULO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

São Simão/SP, XX de XXXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pela CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pela CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Gestor(a)



PREFEITURA DA CIDADE DE
São Simão

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ANEXO LC - 01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
(Contratos)**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SIMÃO

CONTRATADA:

CONTRATO Nº

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, ESPECIALMENTE NAS PLANILHAS DESCRITIVA E QUANTITATIVA/ORÇAMENTÁRIA – ANEXO I, PARA TODAS AS SECRETARIAS E SETORES MUNICIPAIS

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*)_____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando - se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo - nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: JOÃO SERGIO BONFIGLIOLI JUNIOR

Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25



PREFEITURA DA CIDADE DE
São Simão

Cargo: Chefe de Setor II

CPF: 275.511.288-32 RG: 25.662.769-1

Data de Nascimento: 28/03/1978

Endereço residencial completo: Rua Jose Silveira n. 379 – Bairro Bento Quirino – São Simão SP

E-mail institucional: licitacao@saosimao.sp.gov.br

E-mail pessoal: joaobq@yahoo.com.br

Telefone(s): 16 99992-4541

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: MARCOS DANIEL BONAGAMBA

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 083.993.648-60 RG: 20.402.756-1

Data de Nascimento: 29/09/1969

Endereço residencial completo: Rua Mato Grosso n. 94 – Jd. Claudia Prado – São Simão SP

E-mail institucional prefeito@saosimao.sp.gov.br

E-mail pessoal: bonag@uol.com.br

Telefone(s): 16 3984 - 9070

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

RG:

Data de Nascimento:

Endereço residencial completo:

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

Telefone(s): ()

Assinatura: _____

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO
(colocar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2022

PROCESSO Nº 104/2022

DECLARAÇÃO

..... (identificação da licitante) com sede na,
(endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº, vem através de seu representante legal
abaixo assinado, em atenção à Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, declarar expressamente, sob as
penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida na Constituição da República Federativa do
Brasil de 1988, artigo 7º, inciso XXXIII, a saber: “(...) proibição de trabalho noturno, perigoso ou
insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, exceto na
condição de aprendiz a partir de quatorze anos”, para fins de habilitação no Pregão Eletrônico nº
038/2022 da Prefeitura Municipal de São Simão/SP.

Local e data

(assinatura)



PREFEITURA DA CIDADE DE
São SIMÃO

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO – ART. 4º, INC. VII, DA LEI Nº 10.520/2002
(colocar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2022

PROCESSO Nº 104/2022

DECLARAÇÃO

..... (identificação da licitante) com sede na,
(endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº, vem através de seu representante legal
abaixo assinado, declarar expressamente, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de
habilitação, com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, em
conformidade com o inciso VII, Art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para participação no
Pregão Eletrônico nº 038/2022 da Prefeitura Municipal de São Simão/SP.

Local e data

(assinatura)

Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
OU COOPERATIVA ENQUADRADA NO ART. 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007

(colocar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2022

PROCESSO Nº 104/2022

DECLARAÇÃO

..... (identificação da licitante) com sede na
....., (endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio de
seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, expressamente, sob as penas da lei, que é
considerada:

☐ microempresa ou empresa de pequeno porte, nos
termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro
de 2006, não se incluindo nas hipóteses de exclusão
previstas no §4º do artigo 3º do mesmo diploma;

OU

☐ cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488,
de 15 de junho de 2007;

gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei Complementar, para
fins de participação no Pregão Eletrônico nº 038/2022 da Prefeitura Municipal de São Simão/SP.

Local e data

(assinatura)



Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)

Nome:(Razão Social)	
CNPJ:	() ME/ EPP
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	Inscrição estadual:
Telefone comercial:	
Representante legal:	E-mail*:
RG:	Emissor:
CPF:	
Celular:	Data de nasc:
Responsável Financeiro:	Telefone:
e-mail financeiro:	
<u>e-mail () no qual gostaria de receber informativo de editais. Para tanto será necessário efetuar o cadastro, afim de receber os editais</u>	

1. Por meio da presente solicitação, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa Nacional de Compras “BNC”, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.
2. São responsabilidades do Licitante:
 - i. Tomar conhecimento e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
 - ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
 - iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa Nacional de Compras “BNC”, dos quais declara ter pleno conhecimento;
 - iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, e se responsabilizar por todos os dados do cadastro realizado no sistema; e
3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo III do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras.

Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25



4. O Licitante autoriza a Bolsa Nacional de Compras a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo III do regulamento.
5. A presente solicitação de adesão é válida conforme escolha do licitante, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data: _____/_____/20____.

Representante Legal: (Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)

FORMA DE PAGAMENTO DA TAXA DE ADESÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

PARA FORNECEDORES:

A BNC – Bolsa Nacional de Compras exerce o direito do determinado no Art. 5º da Lei 10.520/2002. que diz “para se ressarcir dos custos de utilização de recursos da tecnologia da informação” e para o fornecimento do sistema operacional “robusto”, a ferramenta disponibiliza hospedagem de dados e serviços, utilizando-se da mais moderna tecnologia de computação em nuvem, bem como o armazenamento de arquivos e dados. Promovendo atualizações constantes por meio de desenvolvimento de novos recursos. Fornecendo uma ferramenta ágil e completa de pesquisa de editais e dados, suporte web personalizado ao usuário fornecedor, com orientações nas dúvidas sobre o sistema e sobre o edital.

Por estes serviços prestados serão cobradas “taxas” a critério e escolha de cada participante

O treinamento da ferramenta poderá ser solicitado previamente com dia e hora marcada.

Pelos produtos e resumo dos serviços relacionados a BNC apresenta a seguintes planos de pagamento:

PLANO DE ADESÃO	A:	R\$ 98,10 única participação por edital.
PLANO DE ADESÃO	B:	R\$ 135,00 mensal

A BNC poderá alterar ou reajustar os valores sem qualquer aviso prévio. Assim como apresentar uma nova tabela de cobrança.

Plano de Adesão A, esse plano é exclusivamente para uma única participação.

Plano de Adesão B, o respectivo contrato é mensal a contar da data da sua contratação.

O não pagamento estará sujeito a multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da Bolsa

Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25



PREFEITURA DA CIDADE DE
São SIMÃO

Nacional de compra e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Para o plano de adesão B ao término do contrato o fornecedor poderá optar pela renovação e/ou outro plano.
Para o plano de adesão A, após a fase de disputa, a cobrança é gerada com vencimento para o próximo dia útil.

A liberação do sistema mediante a transferência bancária, se dará através do envio do comprovante para o e-mail financeiro@bnc.org.br. A liberação irá ocorrer em até 24 horas.

Para que a liberação ocorra também será necessário a documentação estar anexada ao sistema, com reconhecimento de firma e procurações (se for o caso). E o envio dos originais no prazo de 10 dias a contar da data da assinatura.

Nenhum documento vencido ou com autenticação com data superior a 6 (seis) meses será aceita.

Local e data: _____/____ de _____ 20____.

Representante Legal: (Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)

Prefeitura Municipal de São Simão - São Paulo
Rua Rodolfo Miranda - 167 - Centro - São Simão - SP
Fone/Fax: 16-3984-9070 - CNPJ. 45.369.220/0001-25